



FORMAÇÃO DE ELEITOS MUNICIPAIS

Janeiro-Dezembro de 2021

Relatório Final

I

1. À semelhança do que aconteceu nas últimas três décadas, iniciado o mandato dos eleitos municipais, decorrente das eleições municipais de 25 de Outubro último, o Governo organizou uma formação para eleitos municipais, com três Módulos, sendo nove horas cada.

- a) Módulo I – Direito Municipal;
- b) Módulo II – Finanças Municipais;
- c) Módulo III – Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

A **Fundação Direito e Justiça** foi contratada para organizar o Curso, dada a experiência de décadas nesta matéria, e por poder mobilizar os melhores especialistas nacionais.

E assim foi!

2. O Curso teve o seu início com Direito Municipal, ministrado para os eleitos municipais de São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos, que teve lugar nos dias 28 e 29 de Janeiro, em São Jorge dos Órgãos.

Uma vez iniciado o Curso foram ministrados os três Módulos, para eleitos de todos os vinte e dois municípios, num período de pandemia, o que obrigou, aqui e acolá, à sua reprogramação, mas correu bem, com muita participação, lamentando a

maioria dos eleitos municipais, que a carga horária tenha sido reduzida; o sentimento comum é o de que formação deste género deve ser organizada mais vezes.

O maior problema foi o facto de não ter sido paga a segunda *tranche* pelo Estado, no início do segundo Módulo, até à presente data, como contratualizado com a FDJ, o que só não prejudicou gravemente a execução do projecto, dada a credibilidade da nossa instituição perante os formadores, sendo que muitos ainda não foram integralmente pagos, dados os escassos recursos da FDJ, que não dispõe de fins lucrativos.

3. A formação dos eleitos municipais terminou com o Módulo de Ordenamento do Território e Urbanismo, nos dias 22, 23 e 24 de Novembro, ministrado *on line*, para os eleitos municípios de Ribeira-Brava/Tarrafal de São Nicolau/Mosteiros.

A Fundação Direito e Justiça encontrou sempre a maior abertura de todas as Assembleias e Câmaras Municipais e da Associação Nacional dos Municípios, bem como da Chefia do Governo e do Ministério da Coesão Territorial.

Convém registar que o sucesso do projecto deveu-se à boa articulação levada a cabo entre os Municípios e a FDJ pela equipa governamental, inicialmente constituída por Florentino Tavares e Daniela Vezo; posteriormente, esta tarefa, sempre difícil, coube à Directora de Gabinete da Ministra da Coesão Territorial, Sónia Teixeira Moreira.

Respeitosamente,

Praia, 8 de Dezembro de 2021

O Presidente da Fundação Direito e Justiça

Mário Ramos Pereira Silva